

CONTRATO DIPRE/100A.2016

**CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA
DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CODESP) E
GAP CONGRESSO E EVENTOS LTDA., REGENDO
O PATROCÍNIO PARA A IX CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE ENGENHARIA COSTEIRA E
PORTUÁRIA EM PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO.**

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada, apenas, CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), bairro do Macuco, CEP 11015-900, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botelho de Oliva, e seu Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade, Sr. Cleveland Sampaio Lofrano, e, de outro lado, a empresa GAP CONGRESSO E EVENTOS LTDA., adiante designada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.153.170/0001-10, com sede à Avenida 13 de Maio nº 13 / 1201, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-007, representada neste ato por seu Presidente, Sr. Antonio Bispo Santos Jr., fica justo e contratado o patrocínio para o projeto denominado IX Conferência Internacional de Engenharia Costeira e Portuária em Países em Desenvolvimento, consoante deliberação da Diretoria-Executiva da CODESP, em sua 1781ª Reunião (ordinária), realizada em 21/09/2016, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couber, as suas alterações, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VALOR DO PATROCÍNIO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é o patrocínio para o projeto *denominado IX Conferência Internacional de Engenharia Costeira e Portuária em Países em Desenvolvimento*, proposto pela CONTRATADA, que será realizada entre os dias 16 e 21 de outubro de 2016, no Royal Tulip Hotel, no Rio de Janeiro/RJ.
- 1.2 O valor global do patrocínio é de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), sendo o pagamento será realizado em 01 (uma) parcela, única e exclusivamente mediante apresentação de nota fiscal e aprovação do relatório final.
- 1.3 A proposta de patrocínio da CONTRATADA, datada de 20/08/2016 e protocolada na CODESP com número 34160/16-83, fica aqui reproduzida como se transcrita, para efeito dos dispostos no item 8, e passa a ser intitulada Anexo II.
- 1.4 O presente instrumento só terá validade após a confirmação da Regularidade Fiscal da Contratada no SICAF. Caso constate-se irregularidade ou inexistência de cadastro, todas as obrigações deste dispositivo tornam-se nulas.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO CONTRATUAL

- 2.1 O prazo deste instrumento contratual será de 60 (sessenta dias) a partir da data de sua assinatura, pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento será realizado em 01 (uma) parcela de 100% do valor do aporte R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), paga em até 10 dias após a finalização do objeto do patrocínio, condicionada também à apresentação e aprovação de relatório final e comprovação das contrapartidas.
- 3.2 A CONTRATANTE, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- 3.2.1 inexecução, execução parcial ou defeituosa dos compromissos de patrocínio;
- 3.2.2 existência de débito da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, quer proveniente da execução do presente Contrato ou de obrigações ajustadas em outros contratos;
- 3.2.3 não cumprimento de obrigação contratual;
- 3.2.4 descumprimento pela CONTRATADA, de obrigações avençadas com terceiros que, eventualmente, possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE ou a execução do contrato.
- 3.3 A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE em documento timbrado o nome completo da pessoa jurídica, o CNPJ, nome do Banco, nº da Agência e nº da conta para depósito pela CONTRATANTE, do crédito a que a Contratada tiver direito. Os dados retromencionados, obrigatoriamente, deverão ser da CONTRATADA.
- 3.4 O presente Contrato adequar-se-á prontamente às condições que forem fixadas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.
- 3.5 A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA todo e qualquer documento que a legislação determinar para a situação objeto do presente contrato, bem como quaisquer outros que se façam necessários para a fiscalização da execução do projeto patrocinado, os quais a CONTRATADA se obriga a fornecer.

CLÁUSULA QUARTA – FISCALIZAÇÃO

- 4.1 A CONTRATANTE indicará um ou mais técnicos de sua Gerência de Promoção Comercial de Áreas e Instalações e Relação Porto-Cidade, pela qual será representada e que poderá(ão) exercer as atribuições que se seguem:
- 4.1.1 agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar as ações empreendidas em desacordo com o avençado;

- 4.1.2 transmitir ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo, nestas hipóteses, reservado à CONTRATADA o direito de solicitar, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- 4.1.3 aplicar, com anuência de sua chefia designada e em conformidade com os termos contratuais, advertência(s) e cominação(es) à CONTRATADA, dando-lhe ciência do ato por escrito. Em caso de multa ou suspensão de pagamento, conforme previsto no item 8, o fato será comunicado ao Departamento Financeiro da CONTRATANTE, que procederá à dedução de qualquer crédito da CONTRATADA;
- 4.1.4 instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de cominação(es);
- 4.1.5 atestar o cumprimento das condições contratuais para fins de liberação do pagamento de parcelas posteriores à primeira, se houver(em);
- 4.1.6 avaliar a execução do objeto, em conformidade com as exigências do DEPAT/SECOM-PR;
- 4.2 No exercício de suas atribuições, fica assegurado ao(s) representante(s) indicados da CONTRATANTE, sem restrição de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos e informações relacionados ao contrato que forem julgados necessários.

CLÁUSULA QUINTA – DIREÇÃO TÉCNICA E PESSOAL DA CONTRATADA

- 5.1 A direção técnica e administrativa do patrocínio, objeto deste Contrato, cabe à CONTRATADA, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constatada na sua execução;
- 5.1.1 A omissão, ainda que eventual, da CONTRATANTE no desempenho de sua fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução do patrocínio contratado.
- 5.2 A CONTRATADA será representada por Preposto qualificado, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir em seu nome, nos assuntos relativos ao patrocínio contratado.
- 5.2.1 A CONTRATADA comunicará prévia e expressamente à CONTRATANTE o nome do Preposto por ela indicado; em caso de sua falta ou impedimento, o mesmo deverá ser substituído por outro em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o pedido de substituição, cujo nome será também comunicado, expressamente, à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outros itens e documentos integrantes deste Contrato, e sem alteração do preço ajustado, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

6.1.1 Manter, durante a vigência do presente Instrumento, as mesmas condições que propiciaram a inexigibilidade a seu favor, inclusive a sua situação de Regularidade Jurídica e Fiscal;

6.1.1.1 A não apresentação de qualquer documento de obrigação da CONTRATADA, na data aprazada, não a desobriga do fiel cumprimento deste Contrato e nem a desonera de qualquer obrigação.

6.1.2 Executar o patrocínio objeto deste Contrato em conformidade com a proposta apresentada e suas eventuais alterações acordadas e, ainda, observar as instruções emitidas pela CONTRATANTE;

6.1.2.1 As peças de divulgação com a marca da CONTRATANTE deverão ser apresentadas previamente, a fim de obter aprovação de veiculação da aplicação da marca;

6.1.3 Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal capacitado e habilitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução do patrocínio, correndo por sua conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, à CONTRATANTE, sempre que solicitado, a relação atualizada desse pessoal;

6.1.4 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de ações pela CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, de acordo com as disposições deste Contrato;

6.1.5 Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução do patrocínio que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar, em especial informações que dependam de provas documentais devem ser apresentadas através de cópias autenticadas em cartório competente;

6.1.6 Facilitar o pleno exercício das funções de fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas pela CONTRATADA será considerado motivo para aplicação de sanções contratuais. O exercício da fiscalização não desobriga a CONTRATADA de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução do contrato;

6.1.7 Responsabilizar-se durante a execução do patrocínio por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar aos bens da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, nas áreas de execução dos mesmos;

6.1.7.1 Constatado dano a bens ou direitos da CONTRATANTE ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

6.1.8 Manter atualizadas, junto aos órgãos competentes, as inscrições/registros específicos que a legitime a executar as ações de patrocínio objeto do presente Contrato, bem assim a contratar com a Administração Pública;

6.1.9 Apresentar de imediato à CONTRATANTE, cópia autenticada de toda alteração efetivada em seu Estatuto Social, bem assim dos documentos de identificação pessoal dos Sócios ou Cotistas, Gestores e/ou Representantes (Carteira de Identidade e Cartão de Identificação do Contribuinte) e do correspondente comprovante de residência;

6.1.10 Cumprir fielmente todas as obrigações assumidas neste Contrato e em seus Anexos, especialmente no que diz respeito às contrapartidas relativas ao patrocínio, a saber:

- 6.1.10.1 Stand 9 m²;
- 6.1.10.2 Logomarca no certificado;
- 6.1.10.3 Destaque do patrocinador OURO nas circulares, cartazes, programa final, newsletters e no site do evento;
- 6.1.10.4 Logomarca na sinalização interna do centro de convenções;
- 6.1.10.5 Inserção de encarte tamanho A5 nas pastas dos congressistas;
- 6.1.10.6 Anúncio de ½ página no programa final; e
- 6.1.10.7 Mailing dos inscritos no congresso.

6.1.11 Comprovar o cumprimento das contrapartidas acima apontadas através de relatório de avaliação de resultados, produzido em acordo com o conteúdo do Anexo I, tabela intitulada “Formas de comprovação de contrapartidas”;

6.1.12 Ceder à CONTRATANTE o direito de uso de imagem relativo ao nome do projeto, suas logomarcas e outros itens de comunicação visual, incluindo o título de patrocinador do projeto, para uso em qualquer meio de comunicação, sem qualquer ônus e por período indeterminado;

6.1.13 Resguardar e preservar os interesses e a imagem da CONTRATANTE durante e em decorrer da execução do objeto, e em face de quaisquer consequências que possam porvir da execução do objeto;

6.1.14 Garantir a não utilização de mão-de-obra escrava, nem de trabalho infantil;

6.1.15 Utilizar as logomarcas da CONTRATANTE, em conjunto com as assinaturas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Governo Federal em vigor, respeitando os respectivos manuais de marca e os dispostos em regulamentação oficial;

6.1.16 Respeitar na comunicação do projeto a terminologia “patrocínio”, conforme definida na Instrução Normativa SECOM-PR N°1, de 08 de maio de 2009, seção I, artigos 2° e 3°;

6.1.17 Garantir a exposição da logomarca da CONTRATANTE de forma isonômica em relação aos demais patrocinadores que tenham contribuído ou que venham a contribuir com os mesmos valores;

6.1.18 Utilizar os selos da respectiva lei de incentivo, caso cabível, bem como a assinatura do ministério correspondente à natureza do projeto, de acordo com o exigido em legislação específica; e

6.1.19 Abster-se de mencionar nominalmente, de forma pública, mesmo a título de agradecimento, qualquer funcionário da CONTRATANTE, exceto quando este estiver representando oficialmente a CONTRATANTE.

6.2 Caso a CONTRATANTE relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Sem prejuízo de suas prerrogativas contratuais, constituem-se obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Efetuar à CONTRATADA o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato;

7.1.2 Fornecer logotipo, manual de marca, procedimentos usuais e quaisquer informações referentes à boa utilização da marca CODESP / Companhia Docas do Estado de São Paulo / Porto de Santos; e

7.1.3 Fornecer, quando detiver, outras informações que se fizerem necessárias à execução do patrocínio.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 Sem prejuízo das sanções ajustadas no item 9, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, de forma isolada ou em conjunto:

8.1.1 Advertência por escrito;

8.1.2 Multa;

8.1.3 Rescisão Contratual; e

8.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com ou sem emissão de declaração de inidoneidade.

- 8.2 No caso de aplicação de multa, ficam dispostos os seguintes casos e penalidades aplicáveis:
- 8.2.1 Atraso na execução de item do objeto: multa de até 5% do valor global do patrocínio;
- 8.2.2 Utilização indevida, não autorizada ou supressão da marca da CONTRATANTE: multa de até 25% do valor global do patrocínio;
- 8.2.3 Execução subdimensionada do objeto; não execução de item do objeto; falta na contratação de serviços indispensáveis à boa execução do objeto; impedir ou dificultar os trabalhos de fiscalização da CONTRATANTE, ou deixar de atender qualquer determinação da CONTRATANTE para corrigir problemas na execução do objeto: multa de até 50% do valor global do patrocínio; e
- 8.2.4 Divergência da proposta original de patrocínio: multa de até 75% do valor global do patrocínio.
- 8.3 Casos não dispostos no subitem 8.2 serão julgados pela Diretoria Executiva da CONTRATANTE, que poderá aplicar sanções de até 100% do valor global do patrocínio.
- 8.4 Em caso de aplicação de multa, dar-se-á preferência à dedução de qualquer crédito que a CONTRATADA tenha com a CONTRATANTE, em forma de parcela ainda não paga do patrocínio. Caso não haja parcela ou montante disponível para tanto, aquela poderá ser cobrada por meio de competente processo judicial.
- 8.5 O valor da devolução pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso, será atualizado financeiramente, tendo como base o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata tempore*.
- 8.6 A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Notificação, para apresentar defesa prévia; a Diretoria Executiva da CONTRATANTE decidirá pela procedência ou não do Recurso. Qualquer decisão referente a recurso de cominação deverá ser comunicada expressamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO E CONSEQUÊNCIAS

- 9.1 Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão unilateral e por justa causa deste Contrato, pela CONTRATANTE:
- 9.1.1 a inexecução, total ou parcial, das ações acordadas no patrocínio e das contrapartidas ajustadas, bem como o não cumprimento de disposições, especificações, projetos ou prazos ou quaisquer condições ajustadas neste Contrato;
- 9.1.2 a cessão ou transferência do presente Contrato;
- 9.1.3 o desatendimento às determinações da fiscalização designada;

- 9.1.4 o cometimento reiterado de faltas nas ações de patrocínio;
- 9.1.5 a dissolução, extinção, falência da CONTRATADA ou qualquer alteração de sua pessoa jurídica que inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato, bem como a alteração, por qualquer meio ou motivo, em seu corpo diretivo eletivo, fora dos prazos e períodos estatutários;
- 9.1.6 prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos;
- 9.1.7 a utilização pela CONTRATADA de mão-de-obra infantil, de pessoas em regime de escravidão ou semi-escravidão, ou ainda da subcontratação de fornecedores de bens ou serviços que empreguem pessoas nestas condições;
- 9.1.8 conhecimento, ainda que *a posteriori*, de fato ou ato que afete a idoneidade da CONTRATADA ou de seus dirigentes ou ainda de seus representantes; e
- 9.1.9 razões de interesse público.
- 9.2 Constituem motivos para rescisão deste Contrato, pela CONTRATADA:
- 9.2.1 Caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por força de ato governamental;
- 9.2.2 Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pela CONTRATANTE; e
- 9.2.3 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior sem que haja culpa da CONTRATADA, sendo regularmente comprovada e impeditiva de execução do Contrato.
- 9.3 A rescisão do Contrato, efetivada pela CONTRATANTE, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e em lei:
- 9.3.1 retenção dos valores devidos à CONTRATADA;
- 9.3.2 suspensão e/ou declaração de inidoneidade da CONTRATADA, de seus dirigentes e/ou representantes para contratarem e licitarem com a CONTRATANTE e/ou Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 9.4 A rescisão fundamentada em razões de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito ao recebimento do(s) valor (es) pertinente(s) as ações executadas e previamente autorizadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 10.1 Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a CONTRATADA será responsável pelo integral e pontual pagamento dos encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes sobre as ações de patrocínio.
- 10.2 Em nenhuma hipótese será imputada à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por danos ou prejuízos decorrentes de eventuais acidentes durante a realização do projeto, nem quaisquer outros acidentes decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA, de seus terceirizados, de seus sócios, dirigentes, prepostos, entre si, ou frente a terceiros, cabendo à CONTRATADA, ou aos seus representantes, individualmente, a contratação e o pagamento dos prêmios de seguros que para tal fim forem necessários ou julgados convenientes.
- 10.3 Na hipótese de ocorrência de evento que se enquadre nas disposições no subitem 10.2, caberá exclusivamente à CONTRATADA, aos seus terceirizados ou aos seus representantes, responder, civil e criminalmente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de eventuais acidentes no local de realização do projeto ou em decorrência deste.
- 10.4 Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais comprometimentos estabelecidos no presente contrato.
- 10.5 As eventuais alterações contratuais ocorrerão necessariamente por meio de termo de aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1 A gestão administrativa do presente Contrato ficará a cargo da Gerência de Promoção Comercial de Áreas e Instalações e Relação Porto Cidade - GEPCO, da CODESP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANEXOS

- 12.1 Serão considerados anexos deste instrumento, como se aqui transcritos:
- 12.1.1 A tabela intitulada “Formas de comprovação de contrapartidas”, denominada Anexo I;
- 12.1.2 A Proposta de Solicitação de Patrocínio mencionada no subitem 1.5, denominada Anexo II; e
- 12.1.3 O Termo de Responsabilidade, denominado Anexo III.
- 12.2 No caso de eventual divergência entre o Contrato e seus Anexos, prevalecerão as disposições do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO CONTRATUAL

13.1 Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pelas Partes, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem as suas alterações, e em preceitos de direito privado em caso de insuficiência dessa Lei, ficando eleito o foro de Santos, Estado de São Paulo, como competente para dirimir quaisquer questões advindas deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Os recursos orçamentários necessários a presente contratação estão previstos no Programa de Dispêndios Globais - PDG, da CODESP.

E, assim, por estarem as partes justas e acordadas, lavram e assinam este Contrato, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Santos, 14 de outubro de 2016.



José Alex Botelho de Oliveira
DIRETOR-PRESIDENTE
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Antonio Bispo Santos Jr.
PRESIDENTE
GAP CONGRESSO E EVENTOS LTDA.

GAP CONGRESSOS
ANTONIO BISPO JR.
PRESIDENTE



Cleveland Sampaio Lofrano
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O
MERCADO E COMUNIDADE
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

RG.: 15.377.365


ALCEU MARINHO JR.

2)

Nome:

RG.:


Marcos Castro Alves
RG 25.745.640-5